[Recensão a] Teresa Soeiro, Monte Mózinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana

Autor(es): Ferreira, Cristina

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/45628>

DOI: DOI:https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_25_22

Accessed : 26-Apr-2023 12:30:05

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXV

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1986

a perguntar se, na verdade, não datará desta época a sinagoga de Sardis, que assim poderá ter sido construída propositadamente. O último artigo da obra, intitulado *The Mosaics of Mopsuestia-Church or Synagogue?* e assinado por M. Avi-Yonah (p. 186-190), permite abordar novamente o problema das relações entre a arte judaica e a arte cristã, neste caso no século v, tão claras aqui como em Dura dois séculos antes, a ponto de se tornar difícil a classificação religiosa do edifício (p. 189).

Ancient Synagogues Revealed constitui uma obra rica de informações, de leitura nem sempre fácil, devido à especificidade do tema e a uma ou outra contradição ou divergência — como no caso da datação das sinagogas do Golan e das inscrições da mesma região (p. 114-115, 156) — aliás perfeitamente aceitável considerando as características e finalidades da publicação, merecedora da atenção de todos os que se interessam pelos problemas da arquitectura e da sociedade no mundo romano e bizantino. Um fragmento de placa moldurada, em mármore, de *Tiberias*, publicado por M. Ben-Dov (p. 157), aliando uma *hedera* à saudação judaica *shalom*, tão repetida nas sinagogas, representa da melhor forma as relações, nem sempre fáceis e pacíficas, entre as tradições clássicas e os valores judaicos. Estas relações, que tanto contribuíram para o advento da nossa própria cultura, e com que constantemente deparamos ao longo de toda a obra, não fazem menos parte da história do mundo romano do que outras mais largamente estudadas. O volume que aqui apreciamos prova-o amplamente.

VASCO GIL MANTAS

TERESA SOEIRO, *Monte Mózinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana*, in «Penafiel. Boletim Municipal de Cultura», 3.^a série, 1, 1984.

A obra da Dr.^a Teresa Soeiro, que ocupa integralmente as 323 páginas deste Boletim Municipal, constitui um trabalho significativo de recolha e localização de estações romanas e romanizadas desta área.

O inventário regista castros e outros povoados, necrópoles, inscrições, balneários, pontes e vias. As referências a cada estação são sucintas, embora completas; uma ou outra é estudada com mais demora como, por exemplo, o balneário de São Vicente do Pinheiro. De salientar a descrição muito pormenorizada e exaustiva dos materiais, acompanhados na sua quase totalidade pelos respectivos desenhos, o que representa um grande esforço; a classificação das peças revela grande segurança.

A autora dividiu o trabalho em três partes principais: na primeira faz uma caracterização geográfica e geológica e indica também a integração administrativa (freguesias e concelhos) da área abrangida pelo estudo; a segunda parte é dedicada ao registo das estações arqueológicas; por fim, apresenta um estudo pormenorizado de Monte Mózinho.

A parte dedicada à caracterização geográfica e geológica da área a estudar constitui uma boa introdução. Foi dada particular atenção às potencialidades da zona a nível agrícola e mineiro.

Analisemos então a carta arqueológica. Começemos pela cartografia em si. Fornece-nos primeiro um mapa geral das estações (fig. V). Infelizmente, nesta carta, as estações não estão identificadas nem pelos seus nomes nem por números, de modo que se torna muitas vezes difícil saber a que lugar arqueológico corresponde um determinado ponto da carta. Devemos ainda assinalar que o facto de ter sido escolhido o triângulo como símbolo para o período castrejo e para povoado aberto conduz à confusão (pelo menos de início). Ha ainda algumas discrepâncias entre este mapa geral e os mapas parciais.

Nos mapas parciais há algumas deficiências. Não têm o Norte indicado e não estão todos orientados no mesmo sentido (fig. XI, p. 45). Não possuem escala e não estão todos à escala 1: 25 000 (fig. XXXV, p. 87). As estações não são numeradas, o que dificulta a sua identificação; é certo que a autora dá as coordenadas, mas tal indicação não ajuda a leitura das cartas parciais, visto que estas não contêm coordenadas geográficas.

Estes factos dificultam a localização das estações, situação agravada por algumas discrepâncias entre os mapas e os textos.

Não utiliza sempre a mesma denominação: na p. 85 enumera com o nome de Santa Marta, a estação que na mesma página descreve sob o nome de Necrópole da Estrada.

Não cartografa uma estação que descreve: p. 103, a Necrópole da Igreja-Capela que não assinala no mapa da mesma página.

Não descreve uma estação que enumera: p. 85 — Necrópole de Candaídos.

Cartografa e não enumera nem descreve: na p. 59, assinala no mapa uma inscrição a que depois não se refere; também não é dada qualquer indicação que permita concluir tratar-se das inscrições referidas na parte dedicada a Monte Mózinho (p. 266).

Na p. 44, levanta a hipótese de relação entre a Necrópole da Telha (Vila Boa de Quires) com um povoado aberto (cota 300 m), mas na carta identifica o povoado como um castro romanizado.

De notar ainda a falta de integração administrativa em alguns casos:

- p. 96 — lugar da Póvoa — Marécos;
- p 104 — povoado de Agrads de Ordins — Lagares;
- p. 111 — mina do Fojo — Medas;
- p. 111 — Santa Comba — Sobreda.

Passemos agora ao texto em si. Ao longo do estudo, apercebemo-nos dum grande recolha bibliográfica e domínio da bibliografia regional. É pena que, a par desta, não se tenha dedicado ao estudo da toponímia e micro-toponímia que, como sabemos, é tão importante para este tipo de estudo. Teria sido interessante, por exemplo, relacionar os *Lares Anaeces* (ara de Lagares) com o topónimo Eja, e talvez pudesse ter adiantado algo sobre a

origem deste e localização de Arégia, questão que tanta polémica tem levantado. Um outro topónimo não é aqui referido: Encruzilhada (Luzim), que documenta um troço de via romana, troço que não é assinalado nesta obra. Isto é de estranhar, pois refere a carta de F. Lanhas, na parcela 135-2 ⁽¹⁾, e não fala da parcela 124-6 ⁽²⁾, onde vêm assinalados este troço e outros que a Dr.^a Teresa Soeiro também não referiu nem cartografou. Também nesta parcela (124-6) vêm assinalados achados luso-romanos no Cercado do Papeiro, em Passal e na Bolsa do Ouro, dos quais não temos igualmente referência neste trabalho.

Outra estação que não é assinalada é o Balneário de Canelas. Foi detectado por Fátima Cunha ⁽³⁾ numa batida de campo. Situa-se ao cimo da freguesia, na Tapada do Grilo (Plaina de Nabais), junto a uma nascente de águas férreas a que o povo chama Sorte das Águas que Fervem. É esta nascente que depois vai abastecer o Balneário de São Vicente do Pinheiro, não devendo ficar distante deste. Fátima Cunha afirma ter encontrado no local restos de uma piscina e de vários materiais de construção. Como se trata de uma tese de licenciatura de Coimbra, compreende-se que não tenha chegado ao conhecimento da Dr.^a Teresa Soeiro. É natural que numa batida de campo e em conversa com as gentes da zona seja facilmente encontrado. Mais uma vez teria sido útil ter em atenção a micro-toponímia.

Estamos perante um elevado número de estações localizadas e há um grande esforço de classificação: castro, povoado aberto, necrópole, balneário. Mas é de estranhar que não haja nenhuma *villa* na área. Pode levantar-se a hipótese de Outeiro (Luzim), Codes (Rio de Moinhos), e Santa Luzia (Pehafiel) serem *villae*, pois são identificáveis por fustes de colunas. Talvez também a noção de povoado aberto possa ser substituído pela de *vicus* e casal. Casal seria Vilarinho (Vila Caiz); *vici* seriam as Caldas de Canavezes, São Vicente do Pinheiro e Póvoa. É curioso notar que, fazendo a divisão territorial dos três castros principais, Mózinho, Outeiro do Dino e Penha Grande, temos uma *villa* e um *vicus* em cada território. De notar ainda que temos dois etnónimos obtidos através de inscrições: os *Danigi* na ara da Póvoa (p. 96) e os *Anaeci* da ara de Lagares.

No que respeita à terceira e última parte do trabalho, isto é, ao pormenorizado estudo de Monte Mózinho, seria interessante ter-se feito um desdobramento das plantas, mostrando as construções que pertencem a cada período. Ter-se-ia assim uma ideia mais clara da evolução da ocupação de Mózinho.

⁽¹⁾ LANHAS, Fernando (e Domingos de Pinho BRANDÃO), *Inventário dos Objectos e Lugares com Interesse Arqueológico*, «Revista de Etnografia», vol. VIII, tomo 1, Porto, Janeiro de 1967.

⁽²⁾ IDEM, vol. IV, tomo 2, Porto, Abril de 1965.

⁽³⁾ CUNHA, Maria de Fátima Vila Pouca e, *História Antiga de Penafiel*, Coimbra, 1956, p. 115.

A maneira como se apresenta o espólio não será a mais aconselhável; seria preferível o sistema de catálogo, com descrição peça a peça e indicação da posição estratigráfica. Talvez a autora não tenha encontrado nos relatórios de escavação referências seguras à localização e estratigrafia dos achados. A classificação é, porém, segura e correcta. Uma dúvida se levanta quanto à peça representada na fig. XCIV-18, que na p. 211 é classificada como lucerna. Representa uma figura feminina com manto e está partida, faltando-lhe a cabeça e os pés. Afirma-se que nos pés teria o bico. Mesmo que assim fosse, falta-lhe o orifício de alimentação que com certeza não se situaria na cabeça, mas no peito. Tanto quanto o desenho permite ver não se detecta a existência deste orifício. O que seria então? Uma representação de divindade? Um brinquedo? É difícil de saber só pelo desenho.

No sector *a*, a hipótese de acesso pelo lado sul (p. 135-136) parece difícil de admitir, dado o encosto das casas ao muro de suporte. Parece difícil de admitir que seja muro de defesa o que designa por muralha II, pois uma espessura média de um metro é pouco para uma muralha. O corte estratigráfico da fig. LVII (p. 137) não tem a sua posição assinalada na planta da p. 135; no próprio corte não se indica a orientação.

No sector *g*, o corte da fig. LXXIII (p. 170) teria sido mais esclarecedor se passasse pelo interior das casas, em vez de passar pelo pátio entre elas. Na p. 165 afirma que a ausência de telhas e imbrices sugere que a cobertura das casas seria de materiais vegetais; talvez não se deva tirar uma conclusão assim tão rápida — há todo um leque de factores possíveis que podem ter levado a essa ausência.

Esta terceira parte é um estudo exaustivo da estação, sendo nela focados todos os aspectos e informações disponíveis.

Este comentário deixa apenas entrever parte da grande quantidade de elementos compilados na obra. Constitui um valioso trabalho de recolha de informações dispersas e de detecção de estações desconhecidas. Esperemos que a Dr.^a Teresa Soeiro prossiga a sua carreira tão brilhantemente iniciada.

CRISTINA FERREIRA